



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GABRIELLA ESTEFANY DA SILVA BRILHANTE

**O periódico *A Família* e a luta em prol do voto feminino
(1889-1891)**

João Pessoa

2022

Gabriella Estefany da Silva Brilhante

**O periódico *A Família* e a luta em prol do voto feminino
(1889-1891)**

Trabalho apresentado ao Departamento de
História do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes da Universidade Federal da
Paraíba como requisito parcial para
obtenção do título de graduação em
licenciatura em História

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Veiga

João Pessoa- PB

2022

B857p Brilhante, Gabriella Estefany da Silva.

O periódico A família e a luta em prol do voto
feminino (1889-1891). / Gabriella Estefany da Silva
Brilhante. - João Pessoa, 2022.

32 f. : il.

Orientadora : Ana Maria Veiga.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2022.

1. Imprensa feminista. 2. Sufrágio. 3. Constituição.
4. República. I. Veiga, Ana Maria. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 342.83:94

GABRIELLA ESTEFANY DA SILVA BRILHANTE

O periódico *A Família* e a luta em prol do voto feminino (1889-1891)

Trabalho apresentado ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de graduação em licenciatura em História

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Veiga

Trabalho de conclusão de curso aprovado em: 14/12/2022

BANCA EXAMINADORA



NOTA: 10,0 (dez)

Prof. Dra. Ana Maria Veiga (orientadora)



NOTA: 10,0 (dez)

Prof.^a Dra. Alômia Abrantes da Silva (examinadora - UEPB)



NOTA: 10,0 (dez)

Prof.^a Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay (examinadora – UFPB)

João Pessoa- PB

2022

RESUMO

A imprensa foi um recurso significativo para as mulheres ilustradas do século XIX, além de ter servido como espaço de exposição literária foi uma via utilizada para requerer direitos. A revista *A Família* foi um dos periódicos utilizados para reivindicar garantias para as mulheres como; educação de qualidade, acesso ao mercado de trabalho e o direito de voto. Criado em 1888 por Josephina Álvares de Azevedo, o periódico contava com um número considerável de colaboradoras, de circulação semanal existiu até 1897, a folha foi criada em São Paulo, mas mudou-se para o Rio de Janeiro poucos meses após a sua criação. Durante a elaboração da constituição de 1891 *A Família* promoveu energeticamente a causa em favor do sufrágio feminino. Nessa conjuntura, o objetivo da pesquisa é examinar a atuação da revista sobre a questão do voto feminino após a proclamação da República e no decorrer dos trabalhos da constituinte. Para obter os resultados da pesquisa, foram examinados edições do periódico como também leituras de obras sobre o tema. Foi possível constatar, que as associadas de *A Família* sobretudo Josephina Álvares de Azevedo enxergaram a mudança do regime como uma chance do voto ser expandido para as mulheres e aproveitaram a ocasião para reivindicar com vigor o acesso ao voto, utilizando diversos argumentos e recursos. Mesmo com o desapontamento com o novo regime, nos anos subsequentes a revista continuou debatendo o tema. Apesar de fazer quase um século que as mulheres conquistaram o direito de voto, a luta pela inserção delas na política continua atual na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa feminista; sufrágio; constituição; República

ABSTRACT

The press was a significant resource for literate women in the 19th century in besides to having as space for literary exhibition, it was a mean used to demands rights. The magazine *A Família* was one of the periodical used to demands rights for women as; education, access to the job market and the rights to vote. Created in 1888 by Josephina Álvares de Azevedo, the periodical has a considerable number of contributors. Of the weekly circulation, it existed until 1897. The newspaper was created in São Paulo, but the moved to Rio de Janeiro a few months after its creation. During of the 1891 constitution *A Família* energetically promoted the cause in favor of the vote for women. In this context, the objective of the study is to examine the performance of the magazine on the issue of the female vote after the proclamation of the republic and during the work of the constituent. To obtain the results of the study, editions of the journal were examined as well as the reading of works on the subject. It was possible to verify that the members of *A família*, especially Josephina Álvares de Azevedo, saw the regime change as a chance for the vote to be expanded to women and took the opportunity to vigorously claim access to the vote using various arguments and resources. Although the disappointment with the new regime in subsequent years the magazine continued to the debate the topic. Despite almost a century since women conquered, the right to vote the struggle for their insertion in politics remains current in Brazilian society.

KEYWORDS: Feminist press; suffrage; constitution; republic

Uma apresentação

Há noventa anos, as mulheres obtiveram o direito ao voto no Brasil. Essa importante vitória, foi possível, através de considerável empenho. Ao longo da história, diversas mulheres tiveram um papel importante nessa conquista, utilizaram diversos recursos e estratégias para alcançar o status de eleitoras. A imprensa constituiu um dos meios de requerer a obtenção do voto.¹

Segundo Muzart (2003), o surgimento da imprensa no século XIX foi em função da necessidade de ter um veículo onde as mulheres pudessem manifestar suas necessidades, que abarcava desde o direito à educação, ao acesso ao mercado de trabalho e também o direito de voto. No final do século XIX, aparece a revista *A Família*, a qual levantou energeticamente a bandeira a favor do sufrágio feminino. A proprietária, Josephina Álvares de Azevedo, e parte de suas associadas, redigiram textos reivindicando o acesso ao voto para as mulheres. De acordo com Marques (2019), o periódico foi considerado como uma plataforma de propaganda em prol do Sufrágio e pela consciência política das mulheres.

O objetivo deste estudo é examinar a atividade da folha *A Família*, a respeito do tema do voto feminino, após a proclamação da república, ao longo da elaboração da Constituição de 1891. Para obter os resultados da pesquisa, foram examinados edições do periódico² *A Família*, esses exames foram feitos através do site da hemeroteca digital brasileira, a qual disponibiliza edições até o ano de 1894, além do mais realizaram-se consultas a trabalhos acadêmicos, artigos científicos e livros relacionados ao tema.

Inicialmente abordaremos um sucinto panorama acerca dos jornais femininos e feministas no século XIX. Os periódicos foram um espaço de socialização, um meio que algumas mulheres encontraram para se expressa e requerer direitos.

Posteriormente trataremos acerca dos aspectos da folha *A Família*, apontando suas principais características; além disso discorreremos sinteticamente sobre as colaboradoras; O jornal continha um grande número de associadas, de vários lugares do país, boa parte delas era de professoras e poetisas. Também será discorrido como a questão da educação era abordada em *A Família*, visto que a educação foi um dos principais temas da revista. Josephina

¹ Este Trabalho de Conclusão de Curso resulta de uma pesquisa inserida no projeto MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020) / Processo: 404662/2021-8/CNPq.

² Foi dado ênfase ao período de novembro de 1889, pós proclamação da República a fevereiro de 1891, mês em que a primeira constituição republicana foi promulgada.

acreditava que a educação de qualidade abria portas para as mulheres. Ademais, discutiremos trajetória da redatora Josephina Álvares de Azevedo, a qual foi jornalista, professora e dramaturga. Por fim trataremos acerca de como a questão do sufrágio era abordada em *A Família*, discutindo os argumentos empregados pela revista e os recursos utilizados para divulgação da causa.

Breve panorama da imprensa feminina no Brasil do século XIX

A imprensa constituiu-se um espaço relevante para as mulheres, representou um veículo em que as elas puderam se expor e expressar suas ideias e inquietudes. Conforme Duarte (2016) “foram os jornais e as revistas os primeiros e os principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início configuraram espaços de aglutinação, divulgação e resistência.” (DUARTE, 2016, P.14)

A imprensa feminina surgiu na Europa. A primeira folha feminina despontou na Inglaterra *The Ladies' Mercury*, em 1693. Conforme Buitoni (1986), no jornal havia uma seção de consultório sentimental, segundo a pesquisadora, a seção desfrutou considerável sucesso, em boa parte dos periódicos femininos. Ainda em relação as origens europeias, a França foi o local em que a imprensa feminina mais prosperou, inclusive servindo de molde para a imprensa feminina brasileira. Um dos primeiros periódicos franceses foi O *Journal des Dames*, de acordo com Buitoni (1986), o periódico iniciou como um jornal literário, mas modificou-se e passou a *Journal des Dames et Modes*, além de trazer temáticas literárias, foram adicionadas páginas sobre moda.

Segundo Buitoni (1986), devido à revolução francesa, a França também foi o local em que a imprensa feminista foi mais frutífera. Um dos jornais feministas que podemos destacar é *Le Droit des Femmes*, criado em 1869, a qual durou duas décadas. Ainda de acordo com a autora, o jornal também era conhecido como *L' Avenir Des Femmes* lutava em prol dos direitos civis das mulheres, exigindo salários iguais para homens e mulheres e o direito de exercerem as profissões de médicas e advogadas. Para Buitoni (1986), a folha foi criada pela primeira mulher a ingressar na maçonaria, Maria Deraisme, “Indignada com a situação Jurídica da mulher francesa” (BUIIONI, 1986, p.31).

A imprensa surgiu no Brasil no século XIX. Os periódicos voltados às mulheres tiveram uma produção considerável nessa época, é o que aponta a pesquisa de Constância Duarte (2016), a qual fez um levantamento de cerca de 143 periódicos femininos e feministas que transitaram pelo Brasil no período. A pesquisadora acredita que deve existir outros títulos,

porém perdidos por falta de conservação. Os periódicos eram diversos. De acordo com Duarte (2016), havia os declarados feministas; os conservadores; os que caracterizavam-se como divertimento; os que aspiravam a determinados nichos; e os que se empregavam a determinados temas. Ainda conforme a autora, muitos dos periódicos dirigidos por mulheres foram utilizados para que elas opinassem politicamente ou para difundir as ideias feministas.

O Rio de Janeiro, então capital do país, era o município onde havia o maior número de jornais e revistas, seguido de Recife. Os primeiros periódicos direcionados ao público feminino eram chefiados por homens. Conforme Buitoni (1986) e Duarte (2016), o primeiro jornal que surgiu voltado para as mulheres foi o *Espelho Diamantino*, em 1827 no Rio de Janeiro, criado por Pierre Plancher. Os temas abordados no jornal eram: literatura, política, moda e belas artes. Segundo Duarte (2016), em 1829, no estado de Minas Gerais, surge *O mentor das brasileiras*. No ano seguinte surgiram *O manual das brasileiras*, em São Paulo e *O despertar das brasileiras*, em Salvador. Em Recife, no ano de 1831 surgiu, *O espelho das brasileiras*, criado por Adolphe Emile de Bois Garin.

Ainda de acordo com Duarte (2016), foi em *O espelho das brasileiras* que Nísia Floresta iniciou sua carreira de escritora. Duarte (2017), chama a atenção para os títulos desses primeiros periódicos, pois, segundo ela, é pertinente reparar como os títulos referem-se ao campo semântico da educação. Para esta autora, “ao se apresentarem como *Mentor*, *Farol*, *Manual*, *Despertador* ou *Espelho*, eles se colocavam acima das mulheres e como guias responsáveis pela mudança de seu status quo”. (DUARTE, 2017, p.100)

Buitoni (1986) destaca outros periódicos surgidos nos anos 1830 e 1840: *Jornal de variedades* (1835); *Relator de novellas* (1838); *Espelho das bellas* (1841); *A marmota* (1849), este organizado por Francisco de Paula Brito.

Seguindo os moldes francês, os primeiros jornais femininos foram estimulados pela literatura e pela moda. A literatura era algo pertinente nas folhas dirigidas ao público feminino; através desse espaço, as mulheres puderam praticar suas habilidades literárias, redigindo ensaios, poesias e contos. “Provavelmente não houve aqui (...) nenhuma folha ou revista feminina que não apresentasse essa parte literária” (Buitoni, 1986, p. 41). Para Buitoni (1986), algumas folhas foram criadas especialmente por causa da literatura, como o jornal de Prisciliana Duarte de Almeida *A mensageira*.

De acordo com Muzart (2003), no Brasil a literatura feminina começa a ser evidente no primeiro quartel do século XIX; ainda segundo ela, “embora à margem, a literatura feminina

foi presença constante nos periódicos do século XIX, tanto nos dirigidos por homens quanto nos inúmeros criados por elas próprias.” (MUZART, 2003, p. 225).

Buitoni (1986) aponta duas razões para o fato desses jornais que mesclavam moda e literatura serem assinados e avidamente aguardados: continham continuação de romances e os novos modelos franceses. A junção desses dois segmentos serviu como “(...) acompanhamento de narrativa outra de *atualização* com o que se usava na Europa”. (BUITONI, 1986, p.41)

Os periódicos dirigidos por elas

O *Jornal das senhoras*, estabelecido nos anos 1850 é apontado como o primeiro periódico chefiado por uma mulher. Contudo, Muzart (2003) argumenta que foi o *Belona Irada contra os secretários momo*, sob os cuidados de Maria Josefa Barreto, em 1833. De acordo com Muzart (2003), foi o *Jornal das senhoras* que transformou-se em molde inicial para os jornais feministas do século XIX. O jornal foi criado pela argentina Joana Paula Manso. Oliveira (2009), afirma que Joana Paula Manso viveu no Brasil, entre os anos de 1842 e 1854, nesse tempo que morou no país escreveu peças teatrais e criou uma escola para moças no Rio de Janeiro. As temáticas abordadas no *Jornal das senhoras* eram: literatura, belas artes, crítica e moda. Além disso, Joana Paula Manso utilizava-se do artifício do convencimento para levar os homens a valorizarem suas companheiras, “através de seus pedidos (...) tentou persuadir os homens brasileiros dos meados do século XIX, a elevar suas mulheres” (HAHNER, 1981, p. 38) Segundo Hahner (1981), o periódico defendia que se os homens continuassem vendo as mulheres como sua propriedade, nada seria feito.

Devido a dificuldades financeiras, Manso deixou de ser editora do periódico, passou o cargo a Violante Bivar e Velasco, a qual após um ano repassou-o a Gervasia Nunezia Pires dos Santos. O periódico serviu de modelo e impulsionou a criação de jornais que surgiram posteriormente. Para Muzart (2003), “A imprensa feminista teria nascido, pois, no Brasil com a argentina Juana Paula Manso, cujas ideias foram logo encampadas por outras mulheres que também se tornaram jornalistas, e isso foi uma verdadeira bola de neve, pois os periódicos pipocaram por todo país”. (MUZART, 2003, p. 227)

No ano de 1862, Julia Sandy Aguiar criou na capital do país *O bello sexo*, o qual, segundo Teles (1993), reunia um relevante conselho editorial; semanalmente várias mulheres se encontravam para debater as temáticas que seriam publicadas. Conforme Hahner (1981), a cada semana o número de participantes das reuniões aumentava, de dez no primeiro encontro para trinta e sete no quinto. O crescimento de participantes pode revelar que o periódico

estava sendo recomendado e comentado entre as mulheres cariocas, indicando uma possível propaganda, isso reforça a visão de que a imprensa era um ambiente de socialização.

A partir de 1870 houve um considerável aumento de periódicos feministas. Desde o início essas folhas acentuavam o valor da educação para as mulheres. Na cidade mineira de Campanha da Princesa, em setembro de 1873, surgiu *O sexo feminino*, de Francisca Senhorinha de Mota Diniz. De acordo com Celi Pinto (2003), Francisca Senhorinha foi a primeira a criar um periódico com a finalidade de divulgar a causa das mulheres. Senhorinha argumentava que, por meio do trabalho e da educação de qualidade, as mulheres teriam como se sustentar e conseguir autonomia. A redatora argumentava que a dependência econômica propiciava a submissão feminina. De acordo com Hahner (1981), a fé da proprietária de *O sexo feminino* no poder da instrução estava relacionada à sua confiança no progresso. Acompanhando sinais do progresso em outras nações, Senhorinha apresentava exemplos em *O sexo feminino*, sobretudo dos Estados Unidos.

O jornal transferiu-se para o Rio de Janeiro. Em 1876 a proprietária e sua família foram acometidas por febre amarela e o jornal foi interrompido, voltando a circular em junho de 1889. Nesse retorno alcançou mais sucesso, visto que Hahner (1981) afirma que a folha conseguiu uma circulação de 2.400 exemplares. Após a Proclamação da República modificou seu nome para *Quinze de Novembro do sexo feminino*. Conforme Celi Pinto (2003), durante a Proclamação da República, fase final do periódico, ele tornou-se mais político, defendendo a luta pelo voto feminino.

Em 1874 foi lançado *O domingo*, de Violante Bivar e Velasco, no Rio de Janeiro; em abril de 1879 despontava o *Echo das damas*, escrito em quatro páginas, sob o comando de Amélia Carolina da Silva Couto. Hahner (1981) diz que ambos defendiam os direitos das mulheres utilizando os mesmos argumentos que Senhorinha, mas com menos vigor. Conforme Hahner (1981), em relação à educação, Velasco tinha um pensamento um pouco diferente de Senhorinha. A redatora de *O sexo feminino* associava a educação ao trabalho, enquanto Velasco não. Para Hahner (1981), embora Velasco tivesse fé na igualdade das mulheres, via menos chances de trabalhos para as elas. “Para D. Violante a profissão principal das mulheres ainda era amar e agradar os homens, ser esposa e mãe” (HAHNER, 1981, p.58) Nessa época também surgiram *O Myosotis* da poetiza Maria Heráclia de Azevedo, em Recife, e o *Jornal das damas*, no Rio de Janeiro. Para manter a sobrevivência esses periódicos ofereciam entretenimento. Assim como os femininos, traziam temáticas de moda e literatura. Algo pertinente, que podemos observar, é a questão do público leitor desses periódicos. No Brasil

do século XIX havia uma elevada taxa de analfabetismo. Podemos constatar através do primeiro censo feito no país, em 1872, os dados indicam que mais de 80 % da população brasileira era composta por analfabetos. Conforme o censo, o Brasil possuía 9.930.478 pessoas, desses 3.306.602 homens e 3.549.992 mulheres não sabiam ler e escrever. A taxa de analfabetismo era maior entre a população escravizada, de 1.510.806 indivíduos 804,212 escravizados e 705.191 escravizadas eram analfabetos (as).

Isso evidencia que os periódicos estavam limitados a uma pequena parcela da população, a qual tinha acesso a algum nível de estudo. Outro fato que conseguimos notar é que as proprietárias e colaboradoras foram mulheres afortunadas, as quais conseguiram ingresso nos estudos e adquiriram certo grau de instrução, muitas delas eram professoras, poetisas e escritoras. Para Duarte (2016), os jornais e revistas dessa época eram voltados a algumas brasileiras que começavam a vencer o isolamento doméstico, a comparecer a teatros e a se interessar por literatura.

O fato de a educação ser algo tão enfatizado nesses periódicos pode ser explicado pelo panorama educacional vigente na época. Em outubro de 1827 foi promulgada a primeira lei que mencionava a educação para as mulheres. De acordo com a lei, as docentes deveriam ensinar as meninas apenas a ler e as operações básicas da matemática. O ensino aplicado às garotas era limitado comparado aos dos meninos; enquanto os rapazes aprendiam geometria as moças tinham que aprender saberes domésticos. Percebe-se que o ensino voltado ao sexo feminino buscava limitar as mulheres ao âmbito doméstico.

Hahner (1981), diz que foram criadas poucas escolas públicas para meninas, além do mais as remunerações ofertadas às professoras eram baixas. Ainda conforme Hahner (1981) em 1873 no Império havia somente 5.017 escolas primárias particulares. Nessas instituições havia 114.014 alunos e 46.246 alunas. A partir dos dados apontados pela pesquisadora percebemos que o número de alunos era bem superior ao de alunas, pouco mais do dobro. Com isso podemos constatar que nesse período o ambiente escolar era majoritariamente masculino.

Apenas no ano de 1879 o Estado autorizou a admissão de senhoras no Ensino Superior, todavia uma pequena parcela conseguia exercer a profissão, e tinha que lidar com as críticas da sociedade. Além disso, Hahner (1981) afirma que as moças precisavam garantir os estudos secundários, caros, porém necessários para prosseguir; a pesquisadora acrescenta que a

educação secundária nunca foi fácil para pessoas não pertencentes à elite, era difícil até mesmo para moças com pais ricos.

As meninas brasileiras tinham dificuldades para ingressar e permanecer em instituições de prestígio, como o Colégio Pedro II. Fundada em 1837, a escola permitiu o ingresso de algumas estudantes nos anos 1880, mas isso não durou muito. Devido aos costumes da época e o fato de o corpo estudantil do colégio ser composto em sua grande maioria por meninos, as moças deviam ser acompanhadas por uma funcionária; os recursos para a manutenção da funcionaria não foram mantidos pelo ministro posterior e, dessa forma, as meninas tiveram que continuar seus estudos em outras instituições. A escola somente retorna a autorizar a entrada de moças nos anos 1920.

Hahner (1981) argumenta que as escolas particulares voltadas para meninas eram via de regra caras e desapropriadas e as opções de instituições públicas no Rio de Janeiro, reduzia-se ao Liceu de Artes e Ofícios e a Escola Normal. Duarte (2016) diz que se essas eram as circunstâncias educacionais das moças da elite da cidade mais importante do país, imagine como poderia ser nas outras cidades. É possível constatar que os lentos avanços da educação para as mulheres, as críticas e a discriminação por parte da população foram fatores impulsionadores para o destaque dado à educação nos periódicos.

Nos anos 1880 e 1890 despontaram outros jornais feministas entre eles *O direito das damas* sob os cuidados de Idalina d' Alcântara Costa, na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1882. Outros que tiveram que ser interrompidos retornaram, como foi o caso do *Echo das damas*: “defendendo a igualdade da mulher com mais força que antes” (HAHNER, 1981, p.61). No mês de outubro do ano de 1897 apareceu a revista *A mensageira*, no município de São Paulo, sob os cuidados da poetisa Presciliana Duarte de Almeida; a revista circulou até janeiro de 1900. Fora as temáticas literárias, para Teles (1993) o principal discurso político de *A mensageira* era evidenciar a importância do voto feminino. “Através de seus jornais as feministas brasileiras mostravam interesse por (...) status legal da mulher, relações familiares, acesso a uma educação e carreira mais elevada e, finalmente o voto das mulheres (HAHNER, 1981, p.63).

É possível perceber que a produção de periódicos femininos e feministas foi robusta, apesar de alguns jornais não terem sobrevivido por muito tempo, porém, a imprensa representou um meio fundamental para algumas mulheres declararem suas diversas opiniões e demandas e para exercerem a escrita. Dentre esses periódicos que apareceram no século XIX, e que

apoiavam a emancipação feminina, estava a revista *A Família* sob a direção de Josephina Álvares de Azevedo. O jornal circulou por quase uma década, sendo “O jornal feminista com mais longevidade da história” (OLIVEIRA, 2009, p.5). Defendia o acesso das mulheres a uma educação mais ampla, ao trabalho e principalmente ao voto. A seguir abordaremos mais sobre essa importante gazeta.

A Família: propagandista da emancipação feminina

O periódico *A Família* iniciou sua jornada em novembro de 1888, a princípio na cidade de São Paulo. De propriedade da professora Josephina Álvares de Azevedo, a folha existiu por quase uma década. Várias pesquisadoras, como Buitoni (1986) e Duarte (2016), afirmam que *A família* existiu até 1897.

As principais temáticas presentes na revista foram: a educação feminina, o trabalho e o voto, mas além disso havia uma seção literária e pequenos tópicos de entretenimento. Seis meses após seu surgimento foi transferido para o Rio de Janeiro. Conforme Oliveira (2009), Josephina transferiu o jornal para o Rio por crer que na Corte as suas ideias seriam mais aceitas.

Josephina Azevedo não ficou por muito tempo como dona da folha, pois no primeiro semestre de 1891 o periódico deixava de ser propriedade dela e passava a pertencer à sociedade anônima *Companhia imprensa familiar*, mas Azevedo permaneceu sendo redatora e diretora. A professora deixava claro que a revista continuaria seguindo seu propósito; ainda de acordo com ela, o motivo de abrir mão da propriedade não foi por razões financeiras. “Visto que um jornal de pura propaganda que consegue viver dous annos e que conta com 2000 assignantes é um capital mas que sufficientemente rendoso” (AZEVEDO, Josephina. *A Família: jornal literário dedicado à mãe de família*, 10 de Abr. 1891, p. 2). O que motivou a transferência foi a perspectiva de que mais investimentos, impulsionaria o desenvolvimento do jornal.

A folha, que possuiu por quase todo o tempo o formato de revista, com oito folhas distribuída em colunas, mudou o seu formato no número 61, passando a ter apenas quatro páginas, todavia essa mudança só durou alguns meses. Circulava uma vez por semana, enquanto existiu na capital paulista publicava-se religiosamente aos sábados, mas, ao mudar de endereço, encontramos números publicados em dias alternados; podemos entender que essa irregularidade pode estar relacionada à adaptação ao novo endereço. Somente no número 69 que as publicações firmaram-se às quintas-feiras, inclusive é colocado um informe sobre a mudança.

Um fato que desperta atenção é a quantidade de colaboradoras, pois *A família* contava com um número considerável de associadas que viviam em várias partes do Brasil: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais. Além disso, possuía uma associada da França, Potonié Pierre. Algumas das contribuintes da revista eram professoras, como os casos de Anália Franco; Luiza Thiepont e Maria Ramos. Outras eram poetisas: Narcisa Amália, Adélia Barros, Maria Amélia Queiroz, Maria Amália Vaz de Carvalho e Maria Clara Vilhena da Cunha.

Além disso havia as que contribuía para outros jornais; a poetisa Júlia Lopes, por exemplo, escrevia também em *A Mensageira*, Maria Zalina Rolim, além de contribuir com *A família*, escrevia no *Echo das damas*. Ignês Sabino conforme Araújo (2008) contribuiu em diversos jornais de vários cantos do Brasil: Bahia, Alagoas, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Ainda conforme a escritora, Sabino foi uma das jornalistas mais ativas na imprensa do século XIX. Havia ainda quem possuísse sua própria Gazeta, tal como a Presciliana Duarte, já mencionada proprietária de *A Mensageira*, e as irmãs Julieta de Mello Monteiro e Revocata de Melo, Donas do *Carymbo*. Esse número considerável de contribuintes de diversos estados e até mesmo de fora do país, nos mostra que *A família* foi um espaço de troca de ideias e de acolhimentos de literatas.

Na folha havia seções interessantes, algumas ligadas ao entretenimento, como *receitas domesticas*, a qual trazia dicas culinárias, de cuidado da casa e pessoal; a *sessão alegre* continha anedotas; a coluna *novidades*, como o nome sugere, informava o que de novo estava acontecendo, muitas dessas novidades eram relacionadas aos avanços das mulheres, no Brasil e no mundo. Em maio de 1889 surgiu o tópico *theathos*; em outubro do mesmo ano, surgiu o *indicador*, no qual sugeriam médicos, dentistas, modistas e cartomantes. No número 38 apareceu a *galeria especial*, que trazia uma pequena sinopse de figuras ilustres como José do Patrocínio. Em *como nos tratam*, havia menções feitas sobre *A família* em outros periódicos. Observou-se que algumas dessas colunas não eram fixas, pois em certos números elas não aparecem. Como já foi mencionado, havia também a parte voltada à produção literária, a qual reunia contos e poemas.

Os tópicos ligados ao entretenimento ocupavam um pequeno espaço desse periódico, certamente a questão mais instigante foi a emancipação das mulheres.

Educação e trabalho

Assim como outras gazetas feministas, um dos temas centrais discorrido em *A família* foi a educação para as mulheres. Desde suas primeiras publicações, Josephina Álvares de Azevedo e suas colaboradoras advogavam por uma educação pertinente para o sexo feminino. Para a redatora, a educação era chave para emancipação, acreditava que a partir da instrução apropriada as mulheres adquiririam a tão almejada emancipação. Em um dos primeiros números Azevedo diz: “A educação da mulher (...) tem como consequência forçosa a nossa emancipação, isto é a igualdade de direitos em relação às aptidões de cada um de nós” (*A família: jornal literário dedicado à mãe de família*, 08 dez.1888, p. 1).

A educação de qualidade segundo o periódico, traria benefícios, seria a base para o progresso. Azevedo argumenta que se o Brasil almejava estar no mesmo patamar que as nações mais civilizadas, o segredo estava em educar as mulheres. A revista acreditava que elas eram o alicerce da humanidade. Incentivava as damas a tomarem a leitura como objeto de primeira necessidade, deveriam ler Aimé Martin, Monsenhor Landriot.

O periódico criticava a educação precária oferecida às meninas brasileiras; para a proprietária a instrução constitui-se “saber mal o portuguez a arithimetica, o francês, o canto e o desenho” (*A família: jornal literário dedicado à mãe de família*, 18 nov.1888, p. 2). Além disso Azevedo dizia que o estudo oferecido ensinava as mulheres a verem a beleza como parâmetro principal da vida. Condenava-se os pais que tiravam as filhas cedo da escola. Para a colaboradora Anália Franco, mal as garotas aprendiam a ler e eram retiradas da escola. Buitoni (1986) afirma que a prática de mandar as filhas para a escola surge no final do século XIX, por famílias ricas, todavia, os pais brasileiros mantinham suas filhas pouco tempo na escola até o início da adolescência, crendo que já haviam concluído sua formação, as impedindo de dar segmentos a estudos mais avançados. Anália acreditava que esse descuido dos pais transformava a existência das mulheres em um permanente problema e as sentenciava a uma eterna dependência.

A revista também defendia a qualificação das mulheres para que essas pudessem exercer uma profissão. Luísa Thiepont argumentava que nem sempre o rendimento do marido era suficiente para sustentar a família. “É justo pois que a mulher junte os seus esforços aos dos homens que o auxilie n'aquilo que for necessário ahi provém a necessidade da instrução e trabalho para ela” (*A família: jornal literário dedicado à mãe de família*, 16 mar.1890, p. 6).

Dessa forma a escritora defende a fundação de liceus para o sexo feminino e de lei de ensino obrigatório.

No periódico havia ideias distintas, enquanto algumas acreditavam na relação educação e trabalho, outras pensavam diferente. Em um artigo sem assinatura, uma das associadas diz que a instrução é indispensável para ambos os sexos, mas, no caso da mulher, não para ela executar trabalhos fora de casa, pois, segundo a autora, o que seria dos filhos, ainda pequenos, órfãos dias inteiros dos cuidados da mãe? Além disso, questionava o que seria do equilíbrio e da economia da casa, se a mulher fosse debater nas assembleias. Souto (2013) levanta uma hipótese sobre isso, segundo ela, para Josephina de Azevedo o importante era que a mulher manifestasse suas ideias ao público. Essa abertura para todas fica evidente nos primeiros números, nos quais traz um informe, afirmando que a revista estava aberta a “todas as senhoras que a queiram honrar com a sua colaboração” (*A família: jornal literário dedicado à mãe de família*, 08 dez. 1888, p. 1).

Como parte da propaganda em prol da educação feminina, em *A família* divulgava-se as conquistas no campo acadêmico e profissional das brasileiras. Um desses feitos publicados foi a formatura de D. Antonieta Dias em medicina. “Na faculdade de medicina do Rio de Janeiro acaba de obter grau de doutora a jovem inteligente Rio grandense D. Antonieta Dias (...) a sua formatura traduz mais uma vitória para o sexo que representa sob os preconceitos atrofizante, ainda infelizmente em vigor” (*A família: jornal literário dedicado à mãe de família*, 30 nov. 1889, p. 6)

A formatura de Antonieta Dias era digna de comemoração, pois além das dificuldades de acesso à educação, até mesmo para as moças ricas, as mulheres que optavam por seguir carreira na medicina tinham que lidar com grande oposição. Conforme Hahner(1981), a medicina sofria mais objeção que outros campos como a enfermagem e à docência. A hostilidade foi demonstrada até mesmo no teatro. Em 1889 Joaquim José da França Júnior apresentou a peça “As doutoras”, uma comédia em quatro atos ambientada na cidade do Rio de Janeiro, a qual conta a história de um jovem casal de médicos, Luísa e Pereira, que se casam no mesmo dia da colação de grau da universidade de medicina. Os cônjuges vivem um relacionamento conturbado, constantemente brigam por pacientes e por assuntos médicos. Luísa prega a igualdade na relação e no âmbito profissional, enquanto Pereira não quer abrir mão de sua posição de chefe da família. As discussões chegam a tal ponto que o jovem casal cogita o divórcio. No fim, por medo de perder o marido, a esposa desiste de sua carreira e decide se dedicar apenas aos cargos de esposa e mãe. Em uma das cenas finais da

peça, a personagem afirma que cuidar do filho é o suficiente para completar sua existência. Ao longo do século XIX muitas mulheres desistiram de suas carreiras por pressões sociais, familiares ou para não perderem o casamento como a personagem da peça.

Para Hahner(1981), os homens da elite não queriam que suas parentes seguissem a mesma profissão exercidas por eles. Para esses homens, as mulheres pobres deveriam trabalhar nas residências dos ricos, e as mulheres mais abastadas deveriam permanecer em casa, supervisionando o trabalho de suas empregadas pobres.

Apesar da forte oposição por parte dos homens, algumas mulheres acreditavam ser benéfica a presença das mulheres na medicina. Em um artigo publicado em *A Família*, de título “A mulher na medicina”, a autora argumenta que as damas ficariam mais à vontade em relatar suas queixas médicas a outras mulheres, além disso, acrescenta que os médicos não têm a delicadeza e a paciência precisa para atender crianças e moças; defendia a ideia de que esse público fosse atendido exclusivamente por médicas.

Nota-se que, assim como os demais periódicos feministas, a educação foi um tema amplamente abordado em *A família*, todavia, a partir da Proclamação da República outro tema relevante foi acrescentado às reivindicações: o acesso ao voto. Porém, antes de falarmos sobre a questão do voto feminino na revista, faz-se necessário abordarmos a vida de Josephina Álvares de Azevedo, importante figura nas reivindicações das garantias das mulheres.

Josephina Álvares de Azevedo

Josephina Álvares Azevedo, como já foi dito, foi professora, escritora, jornalista e dramaturga. Através da sua revista *A Família* devotou a vida em prol da emancipação feminina. Azevedo tinha ideias vistas como avançadas para a época, como a defesa do divórcio, sendo que muitas mulheres no período, e mesmo posteriormente, consideravam o casamento um acordo indesejável.

Pesquisadores como Karawejczk (2018) e Oliveira (2009) afirmam que são poucas as informações acerca da vida pessoal da jornalista. Conforme Souto Maior (1995), “Quase tudo o que se sabe sobre a vida de Josephina Álvares de Azevedo diz a respeito à sua obra jornalística, resultado direto da sua atuação como defensora ativa e incansável dos direitos das mulheres no Brasil” (SOUTO- MAIOR,1995, p.81)

Além dos escassos elementos sobre a vida da periodista, alguns dados são divergentes. Para o *Dicionário Mulheres do Brasil* e o *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*, Josephina Álvares de Azevedo teria nascido em Itaboraí, Rio de Janeiro. Outros estudiosos, tal como Souto Maior (1995), asseguram que o local de nascimento da professora seria Recife, Pernambuco. Em *A família*, Azevedo confirma Recife como sua terra natal. A jornalista fez viagens para algumas províncias divulgando seu jornal e suas ideias. A respeito da viagem a Pernambuco ela escreve:

Continuando minha excursão para o norte coube-me a ventura de tocar minha terra natal Pernambuco! [...] Para mim não é só Pernambuco a Veneza do Norte, é também o berço encantado em que embalaram-me sonhos irisados da meninice [...] oh! Minha terra adorada! (AZEVEDO, Josephina. *A Família*: jornal literário dedicado à mãe de família, 07 dez. 1889, p. 1).

Outra discordância sobre a vida da escritora diz respeito ao seu parentesco com o poeta Manoel Antônio Álvares de Azevedo, os dois dicionários já referenciados afirmam que eram irmãos por parte de pai, porém a própria autora faz alusão a esse parentesco em seu folhetim, afirmando que eram primos. Em um informe sobre uma viagem feita a Petrópolis, a jornalista faz a seguinte descrição:

“No dia imediato de minha chegada tive a honra de ser recebida por S.M o imperador, o qual depois de conversar commigo a respeito do meu falecido primo o poeta Álvares de Azevedo, declarou-se protetor da minha revista e louvou-me pela missão que tomei sobre meus ombros” (AZEVEDO, Josephina. *A Família*: jornal literário dedicado a mãe de família, 23 Fev. 1889, p.2)

Não há informações acerca da vida conjugal e acadêmica da periodista, mas através de periódicos que circulavam no Rio de Janeiro, tais como *Jornal do Brasil*, *Correio da manhã* e *A Época*, acredita-se que Josephina Álvares Azevedo morreu nos primeiros dias de setembro de 1913, aos 62 anos, não havendo informes sobre a causa. Também a partir desses jornais, sabemos que a escritora tinha uma irmã Maria Amélia de Azevedo Costa, e dois filhos, Alfredo Álvares de Azevedo e Moacyr Álvares de Azevedo.

Além dos escritos em *A família*, Azevedo publicou alguns livros: *Retalhos* segundo Blake (1899) publicado em 1890, reúne artigos publicados em *A família* e a crítica à comédia *A doutora*, do Dr. Silva Nunes: *Mulher moderna trabalhos de propaganda* que, de acordo com Souto Maior (1995), divide-se em quatro partes, a primeira contendo artigos da série *Direito ao voto*, e a peça *O voto feminino*, a qual abordaremos mais à frente; a segunda parte, *Emancipação da mulher*, inclui escritos acerca da educação feminina; a penúltima, *Assuntos*

diversos, traz artigos sobre divórcio e casamento civil; já o último trecho inclui artigos com respostas e protestos da autora. No ano de 1897, Azevedo lança a obra *Galleria illustre*, em que traz a descrição da vida de mulheres famosas internacionalmente, a escritora foge do padrão, adicionando figuras consideradas pouco distintas. "Não apenas rainhas e figuras políticas, (...) mas também mulheres menos respeitáveis, como Cleópatra e George Sand, serviram como heroínas" (HAHNER, 1981. P.64)

Figura 1 Josephina Álvares de Azevedo



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, 1889.

O retrato acima foi inserido em 1889 em um número especial de *A Família*. Segundo Azevedo, a fotografia foi publicada devido às muitas solicitações de amigos e admiradores.

Então são poucos os elementos a respeito da trajetória pessoal de Josephina Álvares de Azevedo, mas uma coisa é incontestável: a jornalista devotou parte de sua existência a requerer direitos para as mulheres. Uma das causas reivindicadas ativamente foi o acesso ao voto. Ao longo dos trabalhos da constituição de 1891, Azevedo fez uma intensa campanha em prol do sufrágio feminino, utilizando inclusive o teatro para intensificar a causa.

Uma propaganda em favor do voto

A proclamação da república estabeleceu uma nova fase na história do Brasil, depois de anos sob o regime monárquico, o país finalmente iria seguir o modelo republicano. Muitas mulheres aproveitaram essa modificação para requerer direitos políticos. Segundo Hahner (1981), essa mudança provocou uma ampliação das aspirações feministas por direitos políticos, com a adição do voto a homens alfabetizados, o tema do voto tornou-se ponto crucial para as feministas. Hahner(1981) afirma que as primeiras feministas não advogavam direito de voto, só a partir dos anos 1880, as mulheres passaram a reivindicar o sufrágio.

Sob a influência dos princípios republicanos, Josephina Álvares de Azevedo e as colaboradoras de *A Família*, passam a reivindicar mais enfaticamente o acesso ao voto, a revista transforma-se em “plataforma de campanha pelo sufrágio e pela consciência política” (MARQUES,2019, p.48) Para Souto Maior (2001), a modificação do regime político, seria a oportunidade que Azevedo aguardava para reivindicar o direito de voto. Durante os trabalhos da Constituinte, a questão do sufrágio passou a ser tema central do periódico.

Para Josephina Azevedo, o voto era a mais nobre consolidação da soberania do indivíduo, e a única razão para impedir o direito de voto seria a incapacidade legal, todavia, ela acreditava que as leis funcionavam diferentemente para as mulheres; segundo Azevedo, as leis a respeito das mulheres eram tolas e injustas, as impediam de seguir o livre-arbítrio, em temas comuns. Atribuía ao egoísmo dos homens o fato das mulheres ainda permanecerem tuteladas na questão política. A redatora defendia que a mulher era semelhante ao homem, ambos capazes de exercerem qualquer função, sendo assim a mulher não poderia ser considerada inferior. Josephina defendia que, mesmo que as mulheres não tivessem o direito de serem eleitas, deveriam ter o direito de eleger. “O direito de eleger é o mais natural do mundo, principalmente nas formulas democráticas em que o poder é delegado dos povos” (*A família*: jornal dedicado à mãe de família, 21 dez. 1889, p. 1). Azevedo convocava as mulheres a serem propagandistas da causa em suas casas. “E’ urgente que cada uma de nós se torne no lar uma propagandista acerrima, como em reunião e em sociedade se devem constituir aquellas que estejam melhor preparadas para o fazerem. E se assim procedermos, podemos contar com a victoria da nossa santa causa” (*A família*: jornal dedicado à mãe de família, 19 abr. 1890, p. 1).

Josephina foi a principal voz em prol do voto feminino em *A Família*, porém algumas associadas também escreveram linhas em defesa do sufrágio. Em um artigo publicado em

agosto de 1890 de título “A emancipação da mulher” assinado por Myrtes, além de denunciar as condições as quais as brasileiras viviam, a escritora convoca as mulheres a enviarem requerimentos ao legislativo para que fosse conferido o direito de votar e serem votadas. Myrtes cita como exemplo para a causa a Inglaterra e os Estados Unidos; conforme ela, nesses países havia uma agitação em torno do tema: “hoje na Inglaterra e nos Estados Unidos grandes pensadores protestam contra esse preconceito e animados por elles convenções periódicas e hábil propaganda jornalística procuram reivindicar os direitos das mulheres” (*A família: jornal dedicado à mãe de família*, 21 ago. 1890, p.1). A autora acrescenta que esse movimento não ocorria no Brasil. A jornalista afirma que não havia razões para impedir a participação das mulheres na eleição ou que elas não pudessem ocupar o parlamento. Myrtes termina o texto dizendo que as mulheres não deveriam se contentar com uma vida sem alegria e ambição a qual a sociedade à sentenciava.

No decorrer da elaboração da constituinte, foram publicados em *A família* uma sequência de artigos intitulados “Direito de voto”, sendo todos assinados por Josephina Álvares de Azevedo. No segundo texto da sequência, a redatora demonstra a sua indignação pela restrição pela justiça de eleitoras, que requereram a inserção do nome no alistamento de Barbacena- MG. A revolta da jornalista foi provocada pelas justificativas apresentadas pela justiça, para a negativa. Foram publicados trechos da decisão, nos fragmentos destacados, o juiz afirmando que, assim como os deficientes mentais e menores de idade, as mulheres são incapazes de exercer o direito de voto; para o magistrado a inclusão representaria um perigo social. Além disso, na decisão é dito que se as mulheres fossem admitidas como eleitoras, logo poderiam executar cargos do legislativo e judiciário, fato apontado como absurdo. Também menciona-se que não existe lei que assegure o direito de voto ao sexo feminino. Por fim argumenta-se que em nenhum país adiantado o direito ao sufrágio foi concedido às mulheres.

Posteriormente Josephina Azevedo expôs seus argumentos contra a decisão. O fato de colocar as mulheres no mesmo patamar que deficientes mentais e menores de idade pareceu aborrecer a periodista, segundo ela todas as posições contrárias à emancipação da mulher utilizavam como base a incapacidade política; a redatora questiona porque a diferença de sexo constitui motivo para inaptidão eleitoral. Conforme Azevedo, a mulher instruída é capaz de escolher entre propostas distintas a que acreditar ser melhor, dessa forma não deve ser equiparada “com os dementes, com os menores, com imbecis” (*A família: jornal dedicado à mãe de família*, 21 dez. 1889, p. 1). A respeito da alegação, de não existir lei que assegure a

participação feminina no processo eleitoral, a redatora declara que em hipótese alguma a lei considerou contestar a garantia ao sufrágio, apesar desse direito não ser praticado. Para a jornalista, os argumentos não têm fundamentos baseando-se em proposições *fúteis e egoístas*. Azevedo acreditava que a mulher *emancipada de inteligência* era igual ao homem, e dessa forma, semelhante a ele diante a lei.

A Família tinha que lidar com as posições contrárias às ideias acerca do sufrágio universal, opiniões oriundas de outros órgãos da imprensa. No quarto artigo da série “Direito de voto”, Josephina responde à crítica feita pelo jornal paulista *Muriahé* sobre um dos artigos da série. Um dos argumentos utilizados pelo crítico é o fato de que a mulher deve empregar-se ao papel específico de mãe. Em resposta, Josephina diz que a mulher que é mãe não tem prejuízo em ser cidadã, é capaz plenamente de instruir seus filhos e executar as funções cívicas, da mesma maneira que um homem consegue dedicar-se às obrigações familiares e às de cidadão. Muitos argumentos utilizados por parlamentares e pessoas contrárias ao sufrágio universal tinham relação com esse pensamento de que a mulher deveria ocupar-se unicamente da família. Para Hahner(1981), no Brasil assim como em outros países, a concepção sentimental do lar e da mãe estava unida às posições contrárias ao sufrágio.

“Viam eles a vocação da mulher não com o que determinava não por suas capacidades, exigências e desejos individuais mas pelo seu sexo (...) enquanto os homens podiam esperar ter uma variedade de ambições e habilidades, as mulheres eram destinadas desde o nascimento a serem mães e esposas em tempo integral” (HAHNER, 1981. P.85)

Além de escrever artigos em prol do sufrágio, a redatora de *A Família* encontrou outro recurso para expandir a sua luta. Josephina enxergou no teatro uma maneira de reivindicar o voto de uma forma leve e didática. Segundo Karawejczk (2018), a estratégia de escrever uma peça possibilitou a Azevedo abordar o tema de uma maneira mais flexível do que ela poderia abordar em *A Família*. Em abril de 1890 Azevedo escreveu a peça *O voto feminino*; conforme Karawejczk (2018), a produção teatral teve como inspiração a decisão negativa do ministro Cesário Alvin em regularizar o alistamento de duas senhoras, no município do Rio de Janeiro.

A peça estreou em 26 de maio de 1890, em terras cariocas, no Recreio Dramático. De acordo com Souto Maior (1995), o recreio dramático era uma das mais populares casas de espetáculo da época, famosa por receber novas produções. Durante os meses de abril e maio, o

espetáculo foi amplamente divulgado em *A Família*, além disso, entre agosto e novembro Azevedo publicou a trama em sua folha.

A peça do gênero comédia, de apenas um ato, possui sete personagens, dois casais principais, pertencentes ao mesmo núcleo familiar, Anastácio e Inês, pais de Esmeralda casada com Rafael, a família representava uma família rica. Na trama havia mais três personagens, um casal de empregados Antônio e Joaquina, e um conhecido da família Doutor Florêncio. Na trama há uma expectativa para a aprovação da ampliação do voto para as mulheres. São apresentados argumentos favoráveis e contra a aprovação. É montado uma espécie de campo de batalha, de um lado está o grupo favorável, comandado pela personagem feminina mais velha, Inês, acompanhada da filha Esmeralda, munidas de fervorosos argumentos. Para Karawejczk (2018), mãe e filha representavam as mulheres ilustradas da época, que estavam requerendo participação efetiva na política. Do outro lado estavam os contrários, coordenados por Anastácio, ex- conselheiro e ex-ministro do Império. Conforme Karawejczk (2018), o patriarca da família é descrito por Josephina como um típico exemplar da elite da época, que ao perceber que seu posto de chefe de família está em perigo, devido às exigências por uma significativa participação das mulheres na vida pública, busca cortar qualquer ação. Junto com o ex - conselheiro está Rafael, o qual apresenta um comportamento ambíguo, pois inicialmente concorda com as argumentações da esposa, mas logo muda de ideia e une-se ao sogro. Karawejczk (2018) levanta a hipótese de que Rafael retrate os indecisos.

As argumentações empregadas tanto pela ala feminina quanto pelo grupo masculino, são semelhantes aos utilizados pelos defensores e contrários ao sufrágio na sociedade da época. As personagens apoiadoras da ampliação do voto alegam que homens e mulheres são semelhantes, afirmam também que se a mulher tem condições de ser mãe, é capaz de exercer os deveres políticos; além disso, relatam que a posição que a mulher se encontra é humilhante. Já os homens da produção, sobretudo Anastácio, afirmam que política não é um espaço para as mulheres; para ele, elas devem se ocupar dos serviços domésticos, além disso, as figuras masculinas temiam que as mulheres usurpassem seus postos, e, conseqüentemente, os homens tivessem que se dedicar às atividades de casa.

Na cena doze, surge o personagem Doutor Florêncio, citado anteriormente por Esmeralda, a qual elogia um artigo escrito pelo Doutor em favor do voto para as mulheres. Florêncio aparece como uma figura conciliadora, com a finalidade de apaziguar os colegas inflamados. Assim como as damas, Florêncio concorda com a expansão do voto para as mulheres. Segundo o personagem, a conquista compensará séculos de injustiças, além disso, refuta as

argumentações apresentadas pelo núcleo contrário; quando Anastácio afirma “Não é só o direito de voto que elas querem, é o direito de votar e ser votadas. É o reinado das saias”, o Doutor contesta: “Não há tal. Será antes o reinado das competências.” Quando Rafael diz: “Virão ocupar nossos lugares,” Florêncio rebate: “Quando provarem competências para eles, por que não?” Para Souto Maior (1995), Florêncio tem o papel de ser representante da autora, “defendendo-lhe as ideias não somente junto aos outros personagens, mas principalmente, junto ao público espectador/leitor” (SOUTO MAIOR, 1995, p.139). Souto Maior afirma que esse papel também é feito pelas personagens mulheres, sobretudo Inês. A conclusão da história é a negativa da ampliação do voto para as mulheres. Uma das últimas frases do espetáculo é proferida por Esmeralda “Não se entusiasmem tanto. Ainda temos um recurso. Aguardemos a Constituinte.” Traz uma perspectiva de fé na nova constituição, possivelmente a mesma sentida pela autora.

A peça recebeu alguns comentários por parte da imprensa. Muitos jornais elogiaram o espetáculo como *O país*, que afirmou que o trabalho de Josephina foi feito com graça e cativou plenamente; o *Correio portuguez*, disse que a obra era feita com graça, de um diálogo vivo e espirituoso. Outros órgãos teceram críticas, algumas amenas; o *Diário de Notícias* afirmou: “ella mostra um sagaz espirito de observação não muito forte, mas natural e espontânea que muitas vezes encanta (...) falta vivacidade (...) mas compreende-se este defeito no escritor que inicia o gênero” (*A família*: jornal dedicado à mãe de família, 31 mar.1890, p.3). Já outros comentários eram pesados; a *Revista Illustrada* em sua coluna *pelos theatros* declarou que a produção de Azevedo era “pobre de ação e pobre de espírito (sem malícia) medíocre até a raiz dos cabelos” (*Revista Illustrada*, 31 maio.1890, p.6).

Um desses comentários pareceu agradar a redatora. *A família* publicou um trecho da revista feminista francesa *Le Droit des Femmes*, a qual menciona a peça *O voto feminino*; no fragmento informa que a peça foi muito apreciada, por isso seria traduzida nas próximas edições. A partir desse fragmento também ficamos sabendo que a equipe do *Le Droit des Femmes* tiveram acesso à revista, pois no início do trecho é dito que *A Família* já havia sido lido. “*A Família, journal Brésilien dont nous avons déjà entretu nos lectures*” (*A Família*: jornal literário dedicado a mãe de família, 23 out. 1890, p. 1). Através desse fragmento, podemos supor que *A Família* conseguia alcançar outros lugares fora do país, além disso, pode indicar que havia um intercâmbio com periódicos de outras nações. Também encontramos em *A Família*, trechos de um jornal de língua italiana *La Voce del Popolo*, o qual menciona a peça.

Durante a construção da Carta Magna, alguns parlamentares foram defensores da expansão do voto às mulheres, apresentando moções e emendas. Segundo Marques (2019), Lopes Trovão, Leopoldo Bulhões e Casimiro apoiavam a concessão do voto às mulheres solteiras e diplomadas. Além deles, apoiavam a causa do sufrágio universal César Zama e Joaquim Saldanha Marinho, os quais submeteram emendas sobre o tema, que, todavia colocadas em votação foram negadas. Um dos favoráveis à expansão do voto foi Costa Machado; Marques (2019) afirma que Machado em uma das sessões criticou as correntes políticas existentes entre os constituintes; na visão do parlamentar, os pensamentos foram responsáveis pela rejeição das emendas sufragistas. Ainda conforme Marques (2019), as correntes às quais Machado se referia eram o positivismo e o liberalismo. Os contrários à expansão do voto usavam diversos argumentos; como já foi mencionado anteriormente, muitos ligados à dedicação exclusiva das mulheres ao lar ou à manutenção da família, como, por exemplo, o parlamentar José Moniz Freire, o qual afirmou que a concessão do voto às mulheres era sem senso moral, e, caso fosse aceita, seria a destruição da família brasileira.

Depois de pouco mais de um ano de atividades, a Constituição foi publicada em 24 de fevereiro de 1891. Mesmo tendo o apoio de alguns nomes, a garantia do voto foi indeferida às mulheres. Pesquisadoras como Marques (2019) e Pinto (2003) afirmam que a Constituição deixou em dúvida se as mulheres poderiam votar ou não. Segundo a lei:

Art 70- São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistem na forma da lei.

§1º- Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para a dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, executado os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordem monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

§2º- São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

Nota-se que a lei não menciona as mulheres. Pinto (2003) afirma que as mulheres não foram referidas porque os constituintes não enxergavam as mulheres como seres providos de direitos, a pesquisadora também diz que, baseado no pensamento da época, ao usar o substantivo “cidadão”, a lei referia-se exclusivamente aos homens e não ao conceito universal. Devido a essa dúvida, que a Constituição deixava no ar, várias mulheres tentaram se alistar.

Dez dias após a promulgação da constituição, o jornal *A Família* publicou um texto mostrando o seu descontentamento e frustração com o resultado. Na publicação, é dito que o congresso não poderia receber felicitações pelo seu trabalho, pois não atendeu às aspirações da população, para a autora, os constituintes não enxergaram uma das demandas mais eminentes às mulheres – a sua inteira emancipação. Segundo a jornalista, o tema foi tratado com pouca seriedade: “Diante da apresentação desse projecto o parlamento rio para exprimir o critério de um congresso que ria a solução transcendentos problemas sociaes” (*A família*: jornal literário dedicado à mãe de família, 5 mar. 1891, p. 1). A escritora afirma que, com o fim dos trabalhos da Constituição, a esperança havia desaparecido, além disso, ela destaca que o novo regime não trouxe nada de novo para as mulheres, tudo continuava como antes. No texto percebemos que o periódico criou expectativas no novo regime e na nova constituição, notamos também que o resultado foi frustrante.

Apesar da constituição não trazer os resultados esperados, a batalha em prol do sufrágio não desapareceu das páginas de *A Família*, durante os anos subsequentes a revista continuou publicando artigos em defesa do voto para as mulheres, divulgando também os feitos e avanços em outros países, como o deferimento do voto às mulheres na Nova Zelândia, em 1893. O direito de votos às mulheres foi concedido em 1932, trinta em cinco anos após o fim de *A Família*; nesse longo caminho construído até a conquista, a revista certamente fez parte da pavimentação dessa estrada. Mesmo fazendo quase um século dessa vitória, muito caminho ainda tem que ser percorrido, pois, as cidadãs brasileiras do século XXI, apesar de serem a maioria do eleitorado³, ainda buscam seu espaço nos palanques e casas legislativas do país⁴.

Considerações finais

A imprensa foi relevante para as mulheres letradas do século XIX. Os jornais e revistas fizeram o papel de expositor literário e também de púlpito para que as brasileiras pudessem expor suas queixas, ideias e exigências. Nos seus quase dez anos de existência as páginas de *A Família* serviram como tribuna às associadas para que essas reivindicassem direitos para as mulheres, sobretudo o direito de voto, amplamente defendido durante a preparação da

³ Segundo o Tribunal Superior Eleitoral as mulheres representam 52,65% do eleitorado.

⁴ No índice de empoderamento político do relatório global de desigualdade de gênero do fórum econômico de 2021, de 155 nações o Brasil ocupa a posição 108, atrás de todos os países da América do Sul.

primeira Constituição republicana, momento visto com expectativa por algumas brasileiras. O acesso ao voto não veio nessa ocasião, mas o tópico continuou a ser debatido no periódico. Passados mais de cem anos de existência da revista a luta pela inclusão da mulher na política ainda é um problema atual, as brasileiras ocupam um pequeno espaço na política. No Brasil parece ainda vigorar em alguns a ideia, tão criticada em *A Família*, de que a política não é um ambiente para as mulheres. Desse modo mesmo, estando no século XXI, as brasileiras ainda têm de prova que a política é, sim, um espaço para elas.

Fontes:

AZEVEDO, Josephina. A Família. **A Família: jornal literário dedicado a mãe de família**, 23 Fev.1889, p.1

AZEVEDO, Josephina. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 16 mar.1889, p.1

AZEVEDO, Josephina. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 8 dez.1889, p.2

AZEVEDO, Josephina. Carnet de Voyage. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 07 dez.1889, p.1

AZEVEDO, Josephina. Companhia imprensa familiar. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 2 de abr. 1891, p.2

AZEVEDO, Josephina. De S. Paulo a Petrópolis **A Família: jornal literário dedicado a mãe de família**, 23 Fev.1889, p.2

AZEVEDO, Josephina. Novo formato. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 24 de maio. 1890, p.1

AZEVEDO, Josephina. O direito de voto **A família: jornal dedicado à mãe de família**, 21 dez.1889, p.1

AZEVEDO, Josephina. O direito de voto **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 14 dez.1889, p.1-2

AZEVEDO, Josephina. O direito de voto **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 09 mar.1890, p.1-2

AZEVEDO, Josephina. O direito de voto. **A família: jornal dedicado à mãe de família**, 19 abr. 1890, p.1

AZEVEDO, Josephina. O direito de voto. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 07 dez. 1889, p.1

AZEVEDO, Josephina. O direito de voto. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 07 dez. 1889, p.1

AZEVEDO, Josephina. O voto feminino. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 21 ago. 1890, p.1

AZEVEDO, Josephina. O voto feminino. **A Família: jornal literário dedicado a mãe de família**, 23 out. 1890, p.1

COUTO, Amélia Carolina. Collaboradoras. **Echo das Damas**, 26 ago. 1888, p.1

FRANCO, Anália. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 9 jan. 1888, p.3-4

FRANCO, Anália. O ensino complementar e profissional da mulher. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 13 abr. 1889, p.1

MYRTIS. A emancipação da mulher. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 21 ago. 1889, p.1

SEM AUTOR, Josephina Alvares de Azevedo. **Jornal do Brasil**, 3 out. 1913, p.14

SEM AUTOR. A família. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 18 de maio. 1889, p.1-2

SEM AUTOR. A família. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 31 de jul. 1890, p.3

SEM AUTOR. A família. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 08 dez. 1888, p.1

SEM AUTOR. A mulher e a sua instrução. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 6 jul. 1889, p.2

SEM AUTOR. A mulher na medicina. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 02 mar. 1889, p.4

SEM AUTOR. Actos fúnebres. **Correio da Manhã**. 08 set.1913,p.11

SEM AUTOR. Anúncios. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**,31 maio.1890, p.3

SEM AUTOR. Doutora Antonieta Dias. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**,30 nov.1889, p.6

SEM AUTOR. Enterramentos. **A Época**. 03 set. 1913,p.4

SEM AUTOR. Indicador. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 23 de Out. 1889, p.4

SEM AUTOR. Mme. Potonié Pierre. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**,27 nov.1890, p.2

SEM AUTOR. Novidades. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 13 de nov. 1890, p.1

SEM AUTOR. Novidades; o voto feminino. **A Família: jornal literário dedicado a mãe de família**,10 abr. 1889,p.3

SEM AUTOR. O voto feminino. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 4 fev.1894, p.1

SEM AUTOR. Pela política. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**,5 mar.1891, p.1-2

SILVEIRA, Mariana. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**,13 fev.1890, p.2

THIEPONT, Luísa. Utilidade da instrução para as mulheres. **A família: jornal literário dedicado à mãe de família**,16 mar.1890, p.6

ZEFA. Galeria especial. **A Família: jornal literário dedicado à mãe de família**, 23 de nov. 1889, p.2

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. **Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia**. 2008. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Letras, da Pontifícia Universidade Católica do Rio do Sul. Porto Alegre, 2008.

As doutoras. Autor: Joaquim José da França Júnior. Disponível em: https://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/detalheobraform.do?selectaction=&co_obra=16633.

AZEVEDO, Josephina Alvares. **A mulher moderna: trabalhos e propagandas**. Apresentação: FREITAS, Maria, SOARES, Mônica. Brasília, Senado Federal, 2019.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**, Vol. 5. Rio de Janeiro: Typographia nacional, 1899.

BRASIL. Constituição de (1891). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de fevereiro de 1891. Disponível em: <https://planalto.gov.br/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 30 de out de 2022

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: https://2camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei38398-15deoutubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 15 de out. de 2022.

BUITONI, Dulcília. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática: 1986.

CABRAL, Eugênia Melo. Primeiras histórias: o surgimento das imprensas feminina e feminista no Brasil. Rio de Janeiro: **BOCC**, 2008. Disponível em: <http://www.bocc.uib.pt/pag/cabral-eugenia-primeiras-historias.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. **Revista Estudos Feministas**, V 24, P.261-279, 2016.

CORREA, Laila et al. O direito ao voto feminino no século XIX brasileiro: a atuação política de Josephina Alvares de Azevedo (1851-1913). **Revista Aedos**, v. 10, n. 23, p. 114-131, 2018.

D'ALKMIN, Sônia Maria; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. A conquista do voto feminino no Brasil. **ETIC-Encontro de Iniciação Científica**-ISSN 21-76-8498, v. 2, n. 2, 2006.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**. Século XIX – Dicionário Ilustrado Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUARTE, Constância. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, v.17, p.151-172, 2003.

DUARTE, Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. **Revista XIX**, 1(4), 95–105, 2017.

Eleições 2022: mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro. **www.tse.jus.br**, 18 de jul. de 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/julho/eleicoes-2022-mulheres-sao-a-maioria-do-eleitorado-brasileiro>>. Acesso em: 04 de nov. de 2022.

HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 – 1937)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

IBGE, Recenseamento do Brasil em 1872, Rio de Janeiro: Typografia G. Leuzinger, S.d. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 6 de agosto de 2022.

KARAWAJCZYK, Mônica. Josefina Alvares de Azevedo e a peça teatral ‘O Voto Feminino’: a escrita como instrumento de luta. **Travessias**, v. 12, n. 1, p. 314-335, 2018

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2019.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, p. 225-233, 2003.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo J. O sexo feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos pagu**, p.429-457, 2007.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família. Rio de Janeiro: **Fundação Biblioteca Nacional, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa**, 2009.

PIMENTA, Letícia Pereira; WAINBERG, Jacques Alkalai. Jornalismo e Feminismo: o engajamento intelectual de Josephina Álvares de Azevedo nos albores do século XIX. **Cambiassu: Estudos em Comunicação**, p. 164-177, 2019.

PINTO, Celi Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo 2003.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Ed.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **“Senhoras do seu destino”: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós- Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.

SOUTO-MAIOR, Valeria Andrade. **O florete e a máscara: Josephina Álvares de Azevedo, dramaturga do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 241.1995.

SPERB, Paula. Mulheres viram chance de voto na proclamação da República, mas acabaram excluídas.**ww1.folha.uol.com**, 11.nov.2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/mulheres-viram-na-proclamacao-da-republica-chance-de-voto-mas-acabaram-excluidas.shtml>. Acesso em: 06 de nov. de 2022

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 1993.

TELES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.p336-370

VILHENA, Oscar. Constituições brasileiras (1891-1934). In: SCWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa (org). **Dicionário da República: 51 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 75-85

World Economic forum. Global Gender Gap Report 2021.Disponível em: <http://www.Weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2021/>. Acesso em: 26 de out. de 2022.